

Vitória – ES, 28 de Março de 2023.

Ao Banco Central do Brasil
Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro – DESIG

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ref.: Demonstrações Financeiras para o Semestre e Exercício findos em 31 de Dezembro de 2022.

Prezados Senhores,

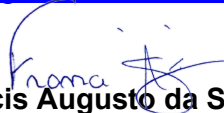
Em atendimento ao requerido na Resolução Nº 4.720 e demais normativos vinculados, estamos encaminhando arquivo eletrônico que contém os documentos abaixo elencados e, que compõem as Demonstrações Financeiras da COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S.A. relativas ao período supra mencionado:


- I. Relatório da Administração;
- II. Relatório da Auditoria Independente;
- III. Balanço Patrimonial;
- IV. Demonstração do resultado;
- V. Demonstração do resultado Abrangente;
- VI. Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido;
- VII. Demonstração do Fluxo de Caixa;
- VIII. Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios;
- IX. Demonstração Consolidada de Variações nas Disponibilidades de Grupos;
- X. Notas Explicativas;

Informamos que estes mesmos documentos foram devidamente disponibilizados no sítio eletrônico desta empresa, no endereço eletrônico <https://www.mycon.com.br/content/pdf/INF901027268770122022.pdf> e, no sítio eletrônico da Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios – ABAC <https://abac.org.br/sou-uma-associada/a-abac/balancosAdms>

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Como responsáveis pelo conteúdo destes documentos, declaramos que estes representam a cópia fiel das demonstrações financeiras, ora auditada pela empresa BDO RCS AUDIORES INDEPENDENTES e, disponibilizadas de forma eletrônica nos endereços <https://www.mycon.com.br/content/pdf/INF901027268770122022.pdf> e <https://abac.org.br/sou-uma-associada/a-abac/balancosAdms>.


Francis Augusto da Silva
Diretor Administrativo e Financeiro
CRC 310061/O-1 – SP


Robson Subtil de Amorim
Diretor de Operações
CRA 6093 – ES


Maria Magdalena Moschen Coelho
Contadora CRC ES011242/O-0

COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022**

COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio

Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes, Parceiros e Colaboradores:

Em cumprimento às disposições legais, apresentamos para a apreciação de V.Sas as Demonstrações contábeis relativas ao semestre e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das demonstrações consolidadas dos Grupos de Consórcios, as Notas Explicativas e do relatório dos Auditores Independentes.

A Coimex Administradora de Consórcios S.A. (“Administradora” ou “Companhia” ou “Coimex Consórcios”) tem 47 anos de fundação e hoje é a administradora de consórcios da marca Mycon. Durante o 1º semestre de 2022 a Companhia, buscando fortalecer o canal digital, unificou no Mycon as operações das marcas 1Consórcio e de Parcerias White Label. Com isto, nossa operação está posicionada com uma fintech que viabiliza o acesso aos seus clientes, em todo o território Nacional, a um crédito mais barato através de um consórcio 100% digital e com um único propósito, promover as conquistas de um jeito simples, justo e humano. Neste contexto, realizamos a administração dos grupos de consórcios, principalmente bens imóveis, móveis e serviços, possibilitando aos seus clientes a aquisição de bens e serviços e até mesmo a construção ou reforma de seu imóvel residencial ou comercial.

Além do fortalecimento do canal digital, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as ações estratégicas mantiveram direcionamento voltado à ampliação de vendas com ações de incremento dos investimentos em publicidade e propaganda, de criação de conteúdos para programas de educação financeira focado no consórcio e de abertura de canais de vendas com novas parcerias. Destacamo-nos principalmente, pela inovação e uso intensivo de tecnologia e, possuímos os mais elevados níveis de governança corporativa. O mesmo projeto de inovação contemplou a criação de novos produtos, investimento em nossas equipes e melhoria dos processos internos buscando redução de custos e eficiência operacional.

Em relação ao cenário macroeconômico do Brasil, no qual a Companhia desenvolve os seus negócios, em 2022 houve um crescimento do PIB de 3,03%, enquanto a expectativa para 2023 é de crescimento do PIB de 0,8%, conforme Boletim Focus do Banco Central de 27 de janeiro de 2023. A queda na taxa de desemprego, que conforme últimos dados do IBGE, saiu de 11,1% em dezembro de 2021 para 7,9% no trimestre móvel encerrado em dezembro de 2022, é um aspecto em geral que tem efeito positivo para o mercado de consórcio, considerando o aumento de renda recorrente da população. Além disto, a expectativa da taxa de juros a permanecer em patamares elevados e sinais de restrição de crédito são outros fatores que levam o Consórcio a ser mais atrativo frente a outros produtos de crédito.

A taxa de inflação medida pelo IPCA acumulado dos últimos 12 meses, após fechar o 1º semestre em 11,9%, apresentou desaceleração, fechando dezembro de 2022 em 5,79%, contudo, ainda merece atenção dada os desafios do novo governo em relação ao âmbito fiscal para equilíbrio das contas públicas.

O Sistema de Consórcios em 2022 continuou apresentando resultados positivos, com crescimento de 12,5% do número de participantes ativos comparado a 2021. De acordo com ABAC (Associação Brasileira de Administradores de Consórcios), em 2022 o setor atingiu a marca de 9,41 milhões de participantes ativos, enquanto no mesmo período do ano passado era de 8,36 milhões. Em relação as vendas, em 2022 foram comercializadas 3,93 milhões de novas cotas, um novo recorde histórico, sendo 13,5% acima das 3,46 milhões do ano passado. Os negócios realizados no mercado de consórcios somaram R\$ 252,08 bilhões em 2022, 13,4% maior que os R\$ 222,26 bilhões contabilizados em 2021.

Neste ambiente, a Administradora registrou a evolução de alguns indicadores importantes. Comparado ao ano de 2021, nossa base de clientes ativos aumentou 76%, enquanto crescemos 37% em número de cotas vendidas e 20% em créditos vendidos de cotas de consórcio. Além disto, o objetivo do sistema de consorcio é possibilitar a entrega de bens e serviços e, neste quesito, tivemos o aumento de 70% no número de cotas contempladas. Outro grande diferencial das nossas plataformas de venda é o baixo índice de cancelamento quando comparado à média do mercado, o que é possível pelo fato da venda em nosso canal digital ser simples, transparente e direta para o cliente final, o que nos torna mais ágeis e flexíveis para entender e esclarecer as dúvidas e demandas dos nossos clientes, resultando em venda com muito maior qualidade.

A receita contábil das administradoras de consórcio é apropriada mensalmente pela soma das taxas de administração cobradas em cada parcela do plano de consórcio e outras taxas aplicadas independente do período em que venda foi realizada. Em função disto, em cada venda a administradora passa a ter as taxas futuras como um recebível de longo prazo, por isso, é importante analisar tanto a evolução da receita contábil, que cresceu 32% neste ano comparado ao ano de 2021, como também a evolução da taxa de administração a receber, que neste caso aumentou 53% alcançando o montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 309 milhões.

Nosso time também cresceu ao longo deste exercício, assim como nossa atenção e cuidado às nossas pessoas. Iniciamos 2022 com 83 colaboradores, enquanto em dezembro de 2022 estávamos com 107 colaboradores.

Queremos agradecer, nesta oportunidade, a todos os nossos consorciados, acionistas, fornecedores, parceiros e a comunidade em geral pela confiança, credibilidade e apoio recebido ao longo do ano de 2022 e, em especial, agradecer aos nossos colaboradores, pela dedicação e profissionalismo com que conduzem as suas atividades todas elas voltadas para a satisfação dos nossos clientes.

A Administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Coimex Administradora de Consórcios S.A.
Vitória - ES

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Coimex Administradora de Consórcios S.A. (“Administradora”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio, em 31 de dezembro de 2022 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Coimex Administradora de Consórcios S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2022 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Administradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Alterações introduzidas pela Resolução Banco Central do Brasil nº 120/2021

Chamamos atenção para as Notas Explicativas nºs 2 e 3 (i) às demonstrações contábeis, que apresentam as mudanças nas políticas contábeis em decorrência da Resolução do Banco Central do Brasil nº 120, de 27 de julho de 2021. A Resolução, com adoção prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio e recepcionou o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente. Diante disto, as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios, conforme disposto no artigo 23 da referida Resolução, passam de maneira prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022, a serem reconhecidas com base nas transferências dos serviços prestados aos clientes, diferentemente do reconhecimento até então que se dava pelo efetivo recebimento financeiro.

A administração elaborou estudo dos impactos da adoção do CPC 47 no primeiro semestre de 2022 e identificou um ajuste correspondente a R\$ 11 mil em suas demonstrações contábeis, conforme evidenciado na Nota Explicativa 3 (i) e, por conta da imaterialidade dos efeitos neste período, somente em julho de 2022 foram feitos os lançamentos de adequação. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Administradora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiu relatório de auditoria em 28 de janeiro de 2022 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da administração;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, 27 de março de 2023.

QUADRO 1**COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.****BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)**

ATIVO	Nota Explicativa	2022	2021	PASSIVO	Nota Explicativa	2022	2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Disponibilidades da				Outras obrigações			
Administradora		150	138	PIS e COFINS		234	207
Grupos encerrados	3.1 (I) e 4	9	9	Outros impostos e contribuições			
Aplicações financeiras				a recolher		722	493
Administradora	5	14.680	10.309	Diversas			
Grupos encerrados	3.1 (I) e 4	9.957	9.931	Provisão para férias e 13º Salário		1.261	784
		24.796	20.387	Provisão p/ programa de participação no resultado	10	-	1.468
Recursos pendentes de recebimento -				Fornecedores		2.024	2.335
Cobrança judicial	6	3.238	3.738	Recursos pendentes de recebimento -			
Impostos a compensar	7	3.805	2.788	Cobrança judicial	6	3.238	3.738
Outros créditos		1.972	1.967	Recursos a dev. grupos encerrados	3.1 (I) e 4	9.966	9.940
Outros valores e bens		2.731	1.924			17.445	18.965
		11.746	10.417	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
NÃO CIRCULANTE				Capital social		56.815	56.815
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Capital Realizar		56.900	11.900
Depósitos judiciais	16 (a)	127	130	Prejuízos acumulados		(91.751)	(54.372)
		127	130			21.964	14.343
PERMANENTE				TOTAL DO PASSIVO		39.409	33.308
Imobilizado	8	840	474				
Intangível	9	1.900	1.900				
		2.740	2.374				
TOTAL DO ATIVO		39.409	33.308				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

QUADRO 2**COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)**

	Nota Explicativa	Segundo Semestre de 2022	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL				
Taxa de administração e adesão		14.173	26.393	20.411
Resultado de títulos e valores mobiliários		272	464	403
		14.445	26.857	20.814
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS				
	13			
Despesas de pessoal	13.1	(6.767)	(13.470)	(9.698)
Despesas administrativas		(2.578)	(5.494)	(4.137)
Despesas tributárias	13.2	(2.213)	(4.116)	(3.100)
Depreciações e amortizações		(84)	(149)	(73)
Despesas de serviços de terceiros	13.3	(4.921)	(10.230)	(24.658)
Despesas com marketing	13.4	(14.488)	(32.371)	(19.811)
Despesas com Provisão Operacional		(251)	(251)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	13.5	772	1.325	164
		(30.530)	(64.756)	(61.313)
RESULTADO OPERACIONAL				
		(16.085)	(37.899)	(40.499)
Ganho não operacional		15	520	382
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
	14	(16.070)	(37.379)	(40.117)
Prejuízo		(16.070)	(37.379)	(40.117)
Prejuízo líquido por ação/cota do capital social subscrito - R\$				
		(0,28)	(0,66)	(0,71)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

QUADRO 3**COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)**

	Segundo Semestre de 2022	2022	2021
Prejuízo do período	(16.070)	(37.379)	(40.117)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	(16.070)	(37.379)	(40.117)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

QUADRO 4**COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.****DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)**

Eventos/Contas	Capital Social Subscrito	Capital A Realizar	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de julho de 2022	56.815	31.900	(75.680)	13.035
Prejuízo do semestre	-	-	(16.070)	(16.070)
Capital a realizar		25.000		25.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022	56.815	56.900	(91.750)	21.965
Mutações do semestre	-	25.000	(16.070)	8.930
Saldos em 1º de janeiro de 2022	56.815	11.900	(54.372)	14.343
Prejuízo do exercício			(37.379)	(37.379)
Capital a realizar		45.000		45.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022	56.815	56.900	(91.751)	21.964
Mutações do exercício	-	45.000	(37.379)	7.621
Saldos em 1º de janeiro de 2021	16.815	10.000	(14.255)	12.560
Prejuízo do exercício			(40.117)	(40.117)
Capital Integralizado	40.000	(30.000)		10.000
Capital a realizar		31.900		31.900
Saldos em 31 de dezembro de 2021	56.815	11.900	(54.372)	14.343
Mutações do exercício	40.000	1.900	(40.117)	1.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 5

COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)**

	Segundo Semestre de 2022	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo líquido do exercício / semestre	(16.070)	(37.379)	(40.117)
Aumento (diminuição) dos itens que não afetaram o caixa:			
Depreciação e amortização	(84)	(537)	50
Provisão / Programa de Participação no Resultado	915	-	1.468
	(15.239)	(37.914)	(38.599)
Variações nos ativos e passivos			
Cobrança Judicial	(409)	(319)	(564)
Impostos a Compensar	(254)	(1.017)	(1.839)
Outros Créditos	(136)	(5)	(775)
Outros Valores e Bens	(1.034)	(974)	(240)
Depósitos Judiciais	3	3	350
PIS e COFINS	30	28	(188)
Outros Impostos a recolher	19	(19)	228
Obrigações sociais e trabalhistas	(656)	106	315
Fornecedores	(116)	(311)	1.028
Recursos pendentes de recebimento	411	321	564
Recursos a dev. grupos encerrados	(732)	26	443
Recursos gerados (consumidos) nas atividades operacionais	(18.113)	(40.075)	(39.277)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	394	(516)	(350)
Recursos gerados (consumidos) nas atividades de investimento	394	(516)	(350)
Fluxo de caixa das atividades de Investimentos			
Aumento de Capital	25.000	45.000	40.000
Recursos gerados (consumidos) nas atividades de financiamento	25.000	45.000	40.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	7.281	4.409	373
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	17.515	20.387	20.014
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	24.796	24.796	20.387
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	7.281	4.409	373

QUADRO 6**COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.****DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RECURSOS DE CONSÓRCIO**

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2022	2021	PASSIVO	Nota Explicativa	2022	2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Disponibilidades		555	213	Obrigações com consorciados	3.2 (d)	135.911	62.974
Aplicações financeiras	5	116.236	62.210	Valores a repassar	3.2 (e)	2.499	1.256
Outros créditos				Obrigações por contemplações a entregar	3.2 (f)	109.650	57.011
Direitos junto a consorciados	3.2 (b)	175.257	80.166	Recursos a devolver a consorciados	3.2(g)	36.370	17.637
Contribuições a receber em atraso		969	862	Recursos de grupos		8.971	5.001
Contribuições a receber ajuizadas		384	428			293.401	143.879
		293.401	143.879				
COMPENSAÇÃO				COMPENSAÇÃO			
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	3.2 (h)	14.386	9.131	Recursos mensais a receber de consorciados	3.2 (h)	14.386	9.131
Contribuições devidas ao grupo		2.481.066	1.498.737	Obrigações do grupo por contribuição		2.481.066	1.498.737
Consortados - bens a contemplar		2.437.749	1.476.033	Obrigações por futuras contemplações		2.437.749	1.476.033
		4.933.201	2.983.901			4.933.201	2.983.901
TOTAL DO ATIVO		5.226.602	3.127.780	TOTAL DO PASSIVO		5.226.602	3.127.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 7**COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.****DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021****(Em milhares de reais)**

	Nota Explicativa	Segundo Semestre de 2022	2022	2021
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO				
(FIM) DO SEMESTRE / EXERCÍCIOS				
Depósitos bancários		438	213	306
Aplicações financeiras		6.003	5.198	4.097
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações		78.559	57.011	19.327
		85.000	62.422	23.730
RECURSOS COLETADOS				
	3.2 (j.1)			
Contribuição para aquisição de bens		102.085	177.126	97.139
Taxa de administração		13.407	25.299	19.171
Contribuição ao Fundo de Reserva		398	800	805
Rendimentos de aplicações financeiras		5.092	8.142	1.441
Multas e juros moratórios		465	757	378
Prêmios de seguros		616	1.206	1.272
Custas judiciais		10	19	73
Reembolso de despesas de registro		194	335	178
Outros		1.074	3.078	4.651
		123.341	216.762	125.108
RECURSOS UTILIZADOS				
	3.2 (j.2)			
Aquisição de bens		(76.717)	(132.231)	(61.975)
Taxa de administração		(13.502)	(25.588)	(20.120)
Multas e juros moratórios		(232)	(378)	(190)
Prêmios de seguros		(610)	(1.179)	(1.323)
Custas judiciais		(9)	(22)	(73)
Devolução a consorciados desligados		(234)	(489)	(1.520)
Despesas de Registro de Contrato		(181)	(285)	(126)
Outros		(65)	(2.221)	(1.089)
		(91.550)	(162.393)	(86.416)
DISPONIBILIDADES NO FIM				
DO SEMESTRE / EXERCÍCIOS				
Depósitos bancários		555	555	213
Aplicações financeiras		6.586	6.586	5.198
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações		109.650	109.650	57.011
		116.791	116.791	62.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Coimex Administradora de Consórcios S.A. (“Administradora” ou “Companhia” ou “Coimex Consórcios”) é uma instituição que tem por objetivo a prestação de serviços de administração de grupos de consórcio que se destinem à aquisição de bens móveis (automóveis e motocicletas), imóveis e de prestação de serviços, regulamentados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Os recursos recebidos de grupos de consórcio são administrados pela companhia e utilizados pelos clientes para a aquisição de bens ou serviços, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação, cobradas taxas de administração, de adesão, em alguns grupos fundo de reserva, de seguro de vida e seguro de quebra de garantia, sendo essa última taxa, repassada a uma companhia seguradora que fica responsável pela eventual inadimplência de consorciados já contemplados.

1.1 Continuidade

O planejamento estratégico da Companhia realizado pela Administração é em cenário de continuidade operacional. As ações que estão sendo feitas para reversão do prejuízo incluem o aumento dos investimentos em publicidade e propaganda, que apesar de aumentar a base de despesas, potencializa as vendas e garante uma receita futura maior. Além disto, está sendo ampliado o canal de vendas por parcerias, que consiste em desenvolver um ecossistema com parceiros estratégicos que tenha uma base de clientes aderentes ao consórcio vendidos de forma digital, com a contrapartida da remuneração dos respectivos parceiros. A Administração considerou neste planejamento que os investimentos para o crescimento dos negócios serão viabilizados pela própria Companhia e seus acionistas. E, as estratégias de negócios levou a companhia em 09 de novembro de 2022 a optar pela abertura de uma nova filial em São Paulo-SP, com as operações físicas localizadas na Av. Presidente Juscelino Kubitschek nº 900, Vila Olímpia, que está em fase de aprovação perante o Banco Central. Com o objetivo de consolidar a marca digital MYCON, também neste mesmo ato societário foi decidido pela alteração da razão social de Coimex Administradora de Consórcios S/A para MYCON Administradora de Consórcios S/A.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e com base na Resolução BCB nº 2 de, 12 de agosto de 2020, bem como com observância nas demais normas e instruções emanadas pelo BACEN, específicas para as administradoras de consórcio e estão apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)**

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes e perdas nos grupos de consórcio; (iii) créditos tributários; (iv) créditos de liquidação duvidosa.

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Consórcio na elaboração das demonstrações contábeis, adotou somente os pronunciamentos aprovados pelo BACEN e vigentes até o exercício de 2022.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 27 de março de 2023.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

3.1 Da Administradora

(a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são avaliados pelo custo, quando aplicável atualizados *pro rata temporis*. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações interfinanceiras de liquidez imediata. Esses recursos são utilizados pela administradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068 de 08 de novembro de 2011, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração em 3 (três) categorias:

1. Títulos para negociação – Avaliados a valor de mercado em contrapartida do resultado do período;
2. Títulos disponíveis para venda – Atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida com o resultado do período e ajustado ao valor de mercado em contrapartida com o patrimônio líquido, e;
3. Títulos mantidos até o vencimento – Atualizados com base em condições intrínsecas, em contrapartida com o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários da Coimex Administradora de Consórcios são classificados na categoria de títulos para negociação.

(c) Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(Em milhares de reais)

(d) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 7 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

(e) Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição. A administração realiza análise de recuperabilidade desses ativos uma vez ao ano ou sempre que houver indícios de que uma provisão para redução ao valor recuperável desses ativos seja constituída. De acordo com os estudos internos, com os constantes investimentos em melhoria das ferramentas tecnológicas, há indícios de valorização efetiva deste ativo.

(f) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*)

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("*impairment*") é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo exceto créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que forem identificadas. Em 31 de dezembro de 2022 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(g) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

(h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Administradora tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia passou a provisionar a participação nos resultados, instituída em 2021. A provisão é contabilizada com base na NBC TG 33 – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.877/2020, e suas revisões, sendo reconhecida de forma proporcional no resultado, ao longo do exercício e sendo devida caso os indicadores estabelecidos pela Companhia e aprovados pelo Sindicado sejam atingidas ao final do exercício corrente.

(i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real anual. Em caso de registro de lucro, o imposto de renda e a contribuição social são apurados mensalmente sobre bases de cálculo, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(Em milhares de reais)

(j) Tributos correntes e diferidos

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240. A Contribuição Social Sobre o Lucro é calculada considerando a alíquota de 20%, até o semestre findo em junho de 2021, e de 25% até dezembro de 2021, conforme majoração disposta na Lei 14.183, de 14 de julho de 2021.

A partir de 1º de março de 2020, de acordo com a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a alíquota da CSLL passou de 15% para 20%, impactando diretamente o “Ativo fiscal diferido”, o qual foi constituído considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização.

Os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de Imposto de Renda e base negativa de Contribuição Social, calculadas e contabilizadas às alíquotas descritas anteriormente, respeitando os limites de realização dos créditos, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020.

(k) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

Até 31 de dezembro de 2021 sob a égide da Circular nº 2381, de 18.11.1993 (Circular nº 2381/1993), as receitas eram registradas quando os valores eram efetivamente recebidos, o que se convencionou chamar de regime de caixa. As despesas de comissão e campanha de marketing, eram registradas por competência, quando da realização da venda da cota de consórcio.

A partir de 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor da Resolução do Banco Central do Brasil nº 120, de 27 de julho de 2021 vinculada ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (CPC 47) e as receitas decorrentes da prestação dos serviços passaram a adotar o regime de competência no qual o fato gerador é a administração do consórcio mensal, independente do recebimento.

(l) Recursos a devolver de grupos encerrados

Refere-se a recursos a serem devolvidos de grupos encerrados cujo montante encontra-se aplicado em operações compromissadas e em depósitos bancários.

(m) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios estabelecidos na NBC TB 25 (R1) aprovado pelo BACEN através da Circular nº 3.823 de 2009 e Deliberação nº 594 de 2009 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As contingências ativas não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; as contingências passivas são reconhecidas quando baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, se for considerado provável o risco da perda de uma ação. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(Em milhares de reais)

(n) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 01.01.2022

Resolução BCB n.º 66, de 26 de janeiro de 2021.

A norma consolida os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das administradoras de consórcio e das instituições de pagamento e sobre os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no registro contábil de aumento e de redução do capital social.

Resolução BCB n.º 120, de 27 de julho de 2021.

A norma dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos específicos para a aplicação desses princípios pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A referida resolução revogou o § 2º do art. 8º da Circular BCB nº 2.381/1993 que estabelecia que as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios deveriam ser escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, tornando obrigatória, a partir de janeiro de 2022, a adoção do CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. Assim, no 1º semestre/2021, as receitas de taxa de administração foram apuradas pelo regime de caixa e, no 1º semestre/2022, pelo regime de competência. O CPC 47 estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes. Assim, o valor registrado deve ser reconhecido pelo regime de competência e refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado. Conforme o artigo 23 da Resolução BCB 120/2021, o CPC 47 deve ser aplicado prospectivamente a partir da data de entrada em vigor da Resolução.

Resolução BCB n.º 156, de 19 de outubro de 2021.

A norma dispõe sobre os critérios e os procedimentos contábeis a serem observados pelas administradoras de consórcio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na escrituração dos grupos de consórcio. A escrituração dos grupos de consórcio deve ser individualizada por grupo e apartada da escrituração da administradora de consórcio. Desta forma, a Coimex registrou os valores relativos aos grupos encerrados (Nota 4) nas adequadas contas de compensação.

Resolução BCB n.º 219, de 30 de março 2022 (artigos 24, 67 e 68).

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. A Resolução BCB n.º 219/2022 entra em vigor em 01.01.2025, exceto para os artigos 24, 67 e 68, cuja vigência é a partir de 01.05.2022.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)**

A Coimex não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis decorrentes desses dispositivos normativos

Normas a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução BCB n.º 178, de 19 de janeiro de 2022.

A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo. A Resolução BCB n.º 178/2022 entra em vigor em 01.01.2025

A Coimex iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

Resolução BCB n.º 219, de 30 de março 2022.

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. A Resolução BCB n.º 219/2022 entra em vigor em 01.01.2025, exceto para os artigos 24, 67 e 68, cuja vigência é a partir de 01.05.2022.

A Coimex iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01.01.2025, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício/2024, conforme requerido pelo art. 69 dessa Resolução

3.2 Dos grupos de consórcio

(a) Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam o montante dos recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais, de forma consolidada, são mantidos em conta vinculada, para aplicação diária no mercado financeiro em investimentos de baixo risco, conforme determina o BACEN; os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e ao fundo de reserva (quando aplicável) de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre tais rendimentos.

(b) Direitos junto aos consorciados

Representa o valor das contribuições devidas pelos consorciados a título de fundo comum e de fundo de reserva (quando aplicável), no momento da contemplação.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(Em milhares de reais)

(c) Passivo circulante

Representa as obrigações dos grupos de consórcio, por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos incorridos, quando aplicável. Os recursos a devolver a consorciados excluídos são atualizados pelos mesmos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, líquidos de IRRF.

(d) Contribuições de consorciados não contemplados

Demonstra o montante recebido dos consorciados que ainda não foram contemplados. Esses recursos são utilizados para a aquisição de bens.

(e) Valores a repassar

Representa os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados à Administradora. Esses valores são divididos em (i) taxa de administração; (ii) prêmios de seguros; (iii) multas e juros moratórios; (iv) multa rescisória (consorciados desistentes); (v) custas judiciais (incidente sobre cobrança executada).

(f) Obrigações por contemplações a entregar

Representa os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.

(g) Recursos a devolver a consorciados

Representa o valor dos recursos a devolver aos consorciados, divididos em: (i) ativos em andamento – nos casos de excessos de amortização; (ii) ativos pelo rateio – por ocasião do rateio para encerramento dos grupos; (iii) excluídos – montante a ser ressarcido aos consorciados excluídos dos grupos.

(h) Contas de compensação

Previsão de recursos mensais a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados: demonstram a previsão de recebimento de contribuições fundo comum e fundo de reserva (quando aplicável) de consorciados para o mês seguinte ao encerramento das demonstrações contábeis, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguros, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações contábeis.

Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições: referem-se ao total das contribuições fundo comum e fundo de reserva (quando aplicável) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos.

Valor dos bens a contemplar: correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculadas com base no preço do bem vigente no período.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(Em milhares de reais)

(i) Resumo das operações de consórcios

	Quantidades	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Grupos em andamento	40	26
Consorticiados ativos	21.059	11.992
Consorticiados contemplados	3.722	1.939
Bens pendentes de entrega	18.529	10.723
Bens entregues a consorticiados	2.530	1.269
Assembleias a realizar	5.584	3.691
Percentual de inadimplência	10,64%	9,67%

(j) Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos

Representa os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

(j.1) Recursos coletados

Os recursos coletados dos grupos de consórcio são apresentados cumulativamente desde o início dos grupos e incluem os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição dos bens, recebidas dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva (quando aplicável), do seguro de vida, e do seguro de quebra de garantia quando autorizado pelo consorticiado.

O fundo de reserva (quando aplicável) destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento das prestações.

O saldo remanescente dos recursos de cada grupo é distribuído aos consorticiados participantes no encerramento do grupo.

(j.2) Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, tais como, cartas de crédito, taxa de administração, seguro e outros. A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição mensal para aquisição de bens.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(Em milhares de reais)

4. RECURSOS A DEVOLVER DE GRUPOS ENCERRADOS

	Grupos encerrados	
	2022	2021
Ativo Circulante		
Banco	9	9
Operações Compromissadas	9.957	9.931
	<u>9.966</u>	<u>9.940</u>
Passivo Circulante		
Recursos a devolver de grupos encerrados	<u>9.966</u>	<u>9.940</u>

Os Grupos Encerrados têm seus investimentos concentrados em aplicações do Banco do Brasil em Operações Compromissadas lastreadas em Selic, registrados na CETIP, com rentabilização de 98% dos Certificados de Depósito – CDI.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – ADMINISTRADORA E GRUPOS ATIVOS

	Administradora		Grupos de consórcios	
	2022	2021	2022	2021
Operações Compromissadas	-	-	116.236	62.210
CDB	14.680	10.309	-	-
	<u>14.680</u>	<u>10.309</u>	<u>116.236</u>	<u>62.210</u>

A Administradora concentra substancialmente suas aplicações no Banco Bradesco em CDB com rentabilidade de 101,25% do CDI.

Os investimentos dos Grupos Ativos são feitos em Aplicações Financeiras em Operações Compromissadas lastreadas em Selic, registrados na CETIP, com rentabilizações de 98% dos Certificados de Depósito - CDI através do Banco do Brasil.

6. RECURSOS PENDENTES DE RECEBIMENTO

Representam os valores pendentes de recebimento e em cobrança judicial, sendo que tais valores, quando recebidos e não procurados pelos consorciados para ressarcimento, são reclassificados para o subtítulo “Recursos Não Procurados”, conforme determinação da Carta Circular do BACEN nº 3.047/2002. Em 31 de dezembro de 2022 a Coimex Administradora de Consórcios continha de Recursos Pendentes de Recebimento o montante de R\$ 3.238 (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 3.738).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

7. IMPOSTOS A COMPENSAR

	2022	2021
PIS a compensar (a)	621	461
COFINS a compensar (a)	2.844	2.123
IRRF sobre aplicação financeira de outros exercícios a compensar	24	137
Demais impostos a compensar	316	67
	3.805	2.788

8. IMOBILIZADO

8.a) Depreciação

	Taxa anual de depre- ciação %	Depreciação		Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
		Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e Utensílios	10	22	(18)	4	5
Máquinas e equipamentos de uso	10	711	(101)	610	202
Equipamentos de comunicação	20	349	(314)	35	79
Direito de uso	-	11	-	11	11
Sistemas de proc. de dados	20	241	(91)	150	138
Veículo de Uso	20	43	(13)	30	39
Total		1.377	(537)	840	474

8.b) Movimentação do imobilizado

	Taxa anual de depre- ciação %	Em 31 de dezembro de 2021			Em 31 de dezembro de 2022
		Líquido	Adições	Baixas/ Depreciação	Líquido
Móveis e Utensílios	10	5		(2)	3
Máquinas e equipamentos de uso	10	202	469	(60)	611
Equipamentos de comunicação	20	79		(44)	35
Direito de uso	-	11		-	11
Sistemas de proc. de dados	20	138	47	(35)	150
Veículo de Uso	20	39		(9)	30
Total		474	516	(150)	840

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)**

9. INTANGÍVEL

Em 31 de outubro de 2021 foi realizada a incorporação de empresa Newco Tecnologia e Internet Ltda. ("Newco"), com sede em São Paulo, estado de São Paulo, que tinha como objeto social: I – Intermediação entre administradoras de cartão e seus usuários; II – Elaboração, desenvolvimento, licenciamento, cessão de direito de programas de computadores "softwares", bem como a respectiva instalação, manutenção e suporte técnico; III – Portais e Provedores de conteúdo; IV – Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e hospedagem da internet; V – Consultoria em tecnologia da informação; VI – Intermediação de negócios ou serviços, exceto imobiliário; e VII – Cobrança extrajudicial e informações cadastrais.

A Newco, possui dentre suas atividades, operações de cunho intelectual através do desenvolvimento de software, no qual os valores contabilizados e confirmados em laudos, demonstram valor patrimonial em 30 de setembro de 2021 de R\$ 1.900 em ativos intangíveis de licenças e softwares, dentre eles o Mycon, Powerleads, Simule e ferramentas diversas de consórcios. A incorporação desta empresa está conectada com as estratégias de crescimento da Coimex Consórcios, que são pautadas, principalmente, pelo fortalecimento das vendas no canal digital, e entende-se que a Incorporação é vantajosa para os interesses da Coimex Consórcios e Newco ("Sociedades"), uma vez que permitirá a integração de suas atividades, resultando em benefícios às operações e aos negócios das Sociedades, de ordem administrativa, econômica e financeira. Em contrapartida da incorporação da Newco, os até então sócios desta empresa, a MMK Empreendimentos e Participações Ltda, terão 15% de ações da Coimex Consórcios e passarão a figurar na sociedade da Companhia após a devida aprovação do Banco Central do Brasil.

Na ocasião do evento de incorporação, a Administração elaborou teste de recuperabilidade para suportar a contabilização do ativo Intangível, considerando a projeção dos resultados futuros gerados pelo ativo, assim como fez a atualização do estudo na posição de 31 de dezembro de 2022 também confirmando a recuperabilidade do ativo.

10. PROVISÃO PARA PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Em 2021 a Administradora instituiu o Programa de Participação nos Resultados, aprovado pelo Sindicato da categoria e em março de 2022 os valores foram pagos, liquidando assim a participação dos resultados do exercício de 2021. Em 2022 foi aprovado um novo programa de participação e elaborados novas métricas de avaliação individual e, com isto, foi provisionado proporcionalmente, ao longo deste exercício, porém de acordo com o acompanhamento e aferição da projeção orçamentária, o resultado esperado não foi realizado, razão pela qual foi baixado toda provisão de acordo com o programa homologado pelo sindicato da categoria.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Coimex Consórcios é de R\$ 56.815 , dividido em 56.814.700 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sem alterações em relação a 2021.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(Em milhares de reais)

Acionistas	Quantidade de ações	%
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	56.813.382	99%
Itaguaçu Comércio e Participações S.A.	1.318	1%
	56.814.700	100%

Está registrado no Patrimônio Líquido, na conta de Capital a Realizar, os valores a título de AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, que ocorreram em 5 (cinco) etapas. Em data a ser definida, ocorrerá a Assembleia Geral Extraordinária que deverá deliberar o aumento do capital social, em moeda corrente e em ações no montante de R\$ 55.000, conforme detalhadas na tabela abaixo. Ainda na mesma conta de Capital a Realizar, também consta o montante de R\$ 1.900, referente ao processo de incorporação da Newco, detalhando na nota explicativa 9, somando o montante na conta de R\$ 56.900.

Data do AFAC	Aporte
16/11/2021	10.000
02/03/2022	10.000
15/05/2022	10.000
21/07/2022	10.000
09/11/2022	15.000
	55.000

É assegurado em cada exercício dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses da Assembleia Geral dos Sócios, deliberar a distribuição de dividendos inferior ao obrigatório, ou retenção de todo o lucro, ou ainda nos casos em que os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral dos Sócios, ser o dividendo incompatível com a situação financeira da Administradora.

12. CRÉDITOS FISCAIS

	2021	Movimentação	2022
Prejuízo fiscal	54.852	37.034	91.887
Base de cálculo negativa de CSLL	46.710	37.034	83.744

Em 31 de dezembro de 2022, o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa da CSLL representam ativos diferidos de Imposto de Renda em R\$ 22.971 (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 13.713) e Contribuição Social em R\$ 7.537 (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 4.203), não registrados contabilmente, que poderão ser deduzidos desses mesmos impostos no futuro, de acordo com a lucratividade da sociedade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRE E EXERCÍCIO
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais)

13. DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Segundo semestre de 2022	2022	2021
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas de pessoal	(6.767)	(13.470)	(9.698)
Despesas administrativas	(17.317)	(38.116)	(23.948)
Propaganda e Publicidade	(14.488)	(32.371)	(19.811)
Despesas administrativas	(2.578)	(5.494)	(4.137)
Despesas com provisão operacional	(251)	(251)	-
Despesas tributárias	(2.213)	(4.116)	(3.100)
Depreciações e amortizações	(84)	(149)	(73)
Despesas de serviços de terceiros	(4.921)	(10.230)	(24.658)
Comissões	(470)	(2.711)	(20.700)
Outras despesas de serviços de terceiros	(4.451)	(7.519)	(3.958)
Outras receitas (despesas) operacionais	772	1.325	164
	(30.530)	(64.756)	(61.313)

A evolução das despesas operacionais líquidas, de R\$ 64.313 em dezembro de 2021 para R\$ 64.756 em dezembro de 2022, é compatível com a estratégia do negócio e o crescimento das vendas, que registrou no exercício de 2022 aumento de 20% de créditos vendidos comparado ao mesmo exercício de 2021. As

ações para ampliação das vendas no canal digital demandaram investimentos em propaganda e publicidade, sendo este o principal incremento das despesas administrativas. Por outro lado, a unificação das operações no Mycon, que tem o modelo de venda B2C, ou seja, sem intermediários, reduziu consideravelmente o investimento em comissionamento. Ambos os efeitos estão detalhados a seguir

13.1 Despesas de Pessoal

	Segundo semestre de 2022	2022	2021
Despesas com Pessoal	6.767	13.468	9.698
Salário/Proventos	5.216	9.322	5.632
Encargos Sociais	1.583	2.811	1.689
Benefícios	870	1.427	826
Treinamentos	-	-	1
PPR	(902)	(92)	1.550

As despesas de pessoal e encargos sociais tiveram um acréscimo de 38,8%, comparando-se a posição de dezembro de 2022 -R\$ 13.468 em (2021 – R\$ 9.698). Com a expansão da empresa, foi necessário maior investimento na contratação de colaboradores operacionais e da gestão.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(Em milhares de reais)

13.2 Despesas Tributárias

	Segundo semestre de 2022	2022	2021
Despesas tributárias	2.214	4.116	3.100
Contribuições ao COFINS	1.168	2.179	1.624
Contribuições ao PIS	252	469	351
ISSQN	747	1.386	1.052
IPTU e outros	47	82	73

As despesas Tributárias tiveram um acréscimo de 32,8%, comparando-se a posição de dezembro de 2022 – R\$ 4.116 em (2021 – R\$ 3.100). Com o constante investimento em ferramentas tecnológicas, há a conversão em vendas em cotas de consórcios, elevando o faturamento e consequentemente uma maior apuração com despesas tributárias.

13.3 - Despesas com Serviços de Terceiros

A empresa optou por descredenciar todos os prestadores de serviços de vendas de cotas de consórcios, pois a partir de maio de 2022 somente foi realizado as vendas através da plataforma de vendas digital. Com esta decisão, não há pagamento de comissão sobre vendas o que reduziu o custo efetivo com comissões.

13.4 – Despesas com Marketing

A Coimex Consórcios, atualmente por ser um modelo de negócio de venda 100% digital, utiliza as ferramentas de propaganda e publicidade como forma de alcançar o cliente final. A Companhia tem aumentado seus investimentos em marketing com objetivo de manter o crescimento do negócio. Enquanto as vendas totais da Coimex Consórcio cresceram 20% em valor de crédito, o canal de venda digital cresceu 58%, ou seja, em um ritmo proporcional ao investimento de marketing, que variou 63% em 2022 comparado a 2021.

13.5 – Outras Receitas

Receitas recebidas em razão de lucro no investimento financeiro das cotas canceladas do grupo 2063 realizado em abril de 2022, ocasião da apuração do resultado deste grupo na última assembleia.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de imposto de renda e da contribuição social apresentados no resultado do período:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRE E EXERCÍCIO
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais)

	Segundo semestre de 2022	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Resultado antes dos efeitos tributários	(16.070)	(37.379)	(40.117)
Adições e exclusões	97	153	79
Base de cálculo do IR e da CS	(15.973)	(37.226)	(40.038)
Compensação do Prejuízo Fiscal (30%)	-	-	-
Prejuízo Fiscal	(15.973)	(37.226)	(40.038)

15. CONTINGÊNCIAS

A Administradora é parte em processos judiciais e em razão do curso normal de suas operações acompanha o desenvolvimento de todos os processos, constituindo provisão para perda eventual nos casos em que seus assessores legais avaliam como provável o desfecho desfavorável.

(a) Nas datas das demonstrações contábeis, a Administradora apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais:

	Em 31 de dezembro de 2022	Depósitos judiciais Em 31 de dezembro de 2021
Processos trabalhistas	64	64
Processo Fazenda Municipal e Garantia Caução em contrato de Locação	63	66
Total	127	130
Circulante		-
Longo Prazo	127	130

Nos exercícios findos em de 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há obrigações classificadas pelos assessores jurídicos como de provável perda, a serem contabilizadas.

(b) A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

- Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- Cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de consorciados.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(Em milhares de reais)

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço.

A Administradora tem ações de naturezas trabalhista e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como “possíveis”, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, que montam R\$ 1.709, em 31 de dezembro de 2022 (Em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 815).

17. PARTES RELACIONADAS

A Administradora não realizou nenhuma transação entre partes relacionadas durante os períodos cobertos pelas demonstrações contábeis, não cabendo, portanto, divulgação de natureza de relacionamento entre partes relacionadas, assim como informações sobre transações e saldos ou quaisquer tipos de compromissos cuja divulgação seja necessária para a compreensão dos usuários do potencial efeito desse relacionamento nas demonstrações contábeis.

18. COMPONENTE ORGANIZACIONAL DE OUVIDORIA (NÃO AUDITADO)

Atendendo ao disposto na Circular nº 3.501 de 16 de julho de 2010 do BACEN, a estrutura do Componente Organizacional de Ouvidoria foi implementada, estando de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Administradora.

A Resolução nº 4.433 de 27 de julho de 2015 do BACEN revogou a Resolução nº 3.849 de 25 de março de 2010, que em seu artigo 4º, parágrafo 6, item I, obrigava a revisão do relatório da Ouvidoria pela auditoria externa.

Em 23 de outubro de 2020, foi publicado a Resolução CMN Nº 4.860, onde foram alteradas as regras sobre constituição e funcionamento do componente organizacional de ouvidoria.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)**

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus assessores jurídicos internos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Entre 31 de dezembro de 2022 e até a data de aprovação das demonstrações contábeis, 27 de março de 2023, não ocorreram outros eventos que na opinião da administração da Companhia pudessem ter efeito significativo ou requerer algum ajuste nas referidas demonstrações que implicam qualquer divulgação.

* * *

Francis Augusto da Silva
Diretor Adm. e Financeiro
CPF: 295.936.538-05
CRC 310061/O-1 – SP
e-mail: francis.augusto@mycon.com.br

Robson Subtil de Amorim
Diretor de Operações
CPF: 450.297.417-04
CRA 6093 – ES
e-mail: robson.subtil@mycon.com.br

Maria Magdalena Moschen Coelho
Contadora
CRC ES 011242/O-0
CPF: 857.407.487-04
e-mail: magdalena.moschen@mycon.com.br

1002-23 Relatório do Auditor Coimex Adm Consorcios - 31 12 pdf

Código do documento fc2d72db-1481-4944-8ba4-3b0409b026b6



Assinaturas



ROBSON SUBTIL DE AMORIM:45029741704

Certificado Digital

robson.subtil@mycon.com.br

Assinou



FRANCIS AUGUSTO DA SILVA:29593653805

Certificado Digital

francis.augusto@mycon.com.br

Assinou



MARIA MAGDALENA MOSCHEN COELHO:85740748704

Certificado Digital

magdalena.moschen@mycon.com.br

Assinou

Eventos do documento

28 Mar 2023, 14:56:27

Documento fc2d72db-1481-4944-8ba4-3b0409b026b6 **criado** por FRANCIS AUGUSTO DA SILVA (40080732-90ec-45d0-91ef-fae6f45f063f). Email:d4sign@mycon.com.br. - DATE_ATOM: 2023-03-28T14:56:27-03:00

28 Mar 2023, 14:59:13

Assinaturas **iniciadas** por FRANCIS AUGUSTO DA SILVA (40080732-90ec-45d0-91ef-fae6f45f063f). Email:d4sign@mycon.com.br. - DATE_ATOM: 2023-03-28T14:59:13-03:00

28 Mar 2023, 15:01:52

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - FRANCIS AUGUSTO DA SILVA:29593653805 **Assinou**
Email: francis.augusto@mycon.com.br. IP: 179.111.33.84 (179-111-33-84.dsl.telesp.net.br porta: 4356). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC VALID RFB v5,OU=A3,CN=FRANCIS AUGUSTO DA SILVA:29593653805. - DATE_ATOM: 2023-03-28T15:01:52-03:00

28 Mar 2023, 15:03:12

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MARIA MAGDALENA MOSCHEN COELHO:85740748704 **Assinou** Email: magdalena.moschen@mycon.com.br. IP: 177.137.238.218 (177.137.238-218.dinamicatelecom.net.br porta: 30126). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC CNDL RFB v3,OU=A3,CN=MARIA MAGDALENA MOSCHEN COELHO:85740748704. - DATE_ATOM: 2023-03-28T15:03:12-03:00

28 Mar 2023, 15:22:26

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - ROBSON SUBTIL DE AMORIM:45029741704 Assinou

Email: robson.subtil@mycon.com.br. IP: 177.137.238.218 (177.137.238-218.dinamicatelecom.net.br porta: 55592).

Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC CNDL RFB v3,OU=A3,CN=ROBSON SUBTIL DE AMORIM:45029741704. - DATE_ATOM: 2023-03-28T15:22:26-03:00

Hash do documento original

(SHA256):255116dd3c2aefa99390e0e0dbf6154d409ae8ad6e65a64913995554606b2d08

(SHA512):fb7dc0931fbae1b4f65d060551cee4660279398919fd6e016a1b1a1f7f472b063bbc5f3274e8bfb3be702dead932fbbda8b878704bf4f58b9c0bacb7654f1c6e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign